



Demonstrações Financeiras 2021

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento Iguaçu -
Sicredi Iguaçu PR/SC/SP**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal**





EY
Building a better
working world

Iguatemi Business
Avenida Nilo Peçanha, 2.900
9º andar - Chácara das Pedras
91.330-001 - Porto Alegre - RS - Brasil

Tel: +55 51 3204-5500
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguaçu - Sicredi Iguaçu PR/SC/SP
São João / PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguaçu - Sicredi Iguaçu PR/SC/SP (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguaçu - Sicredi Iguaçu PR/SC/SP em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Building a better
working world

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 21 de fevereiro de 2022

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/F-7

Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Neste documento, a administração da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguaçu - Sicredi Iguaçu PR/SC/SP, seguindo o princípio do cooperativismo de transparência na gestão e em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

O ano de 2021 foi marcado pela retomada. Mesmo com o cenário de pandemia, que se prolongou durante todo o ano, o Sicredi manteve o ciclo virtuoso do cooperativismo vivo.

Por meio das linhas de crédito concedidas aos associados nas cooperativas, apoiamos a manutenção da atividade econômica das comunidades nas regiões onde atuamos, reforçando o compromisso com a nossa missão de agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

Nossas linhas de crédito tradicionais continuaram ativas, assim como as linhas dos programas emergenciais do Poder Público. E, como é característico do nosso modelo de negócio, acompanhamos de perto a realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, o que possibilitou ampliar a oferta de opções adequadas às necessidades de cada um na retomada e manutenção dos negócios.

Seguimos ampliando a oferta de soluções em meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativo), viabilizando muitas de nossas demandas uma vez que, esses são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações sem a necessidade de ida às agências. Também contamos com canais telefônicos que podem ser utilizados para tirar dúvidas e atendimento via WhatsApp, o que traz ainda mais agilidade para muitas das solicitações. Em paralelo, voltamos a operar de forma presencial em todas as agências, seguindo os protocolos das autoridades sanitárias e mantendo mais esse canal de relacionamento com nossos associados.

Durante esse período de retomada, destacamos os seguintes fatos administrativos: a execução do planejamento de expansão de atendimento na área de atuação da Cooperativa, onde no estado de São Paulo teve avanços importantes com a inauguração de três novas agências, sendo elas nos municípios de Hortolândia, Nova Odessa e Sumaré. Com estas três novas agências, todos os municípios da área de ação da Cooperativa, no estado de São Paulo, possuem pelo menos uma agência. No estado do Paraná, a agência de Bom Sucesso do Sul, uma das primeiras agências da Cooperativa, foi reinaugurada em um amplo e moderno espaço, objetivando maior conforto e comodidade aos associados.

O ano de 2021 marcou a história da Cooperativa, uma vez que foi comemorado o seu aniversário de 30 anos de fundação, tendo como marco desta data uma campanha com muitos prêmios para os associados.

Em outra frente, a cooperativa atuou em inúmeras iniciativas para contribuir com o desenvolvimento da comunidade onde atua. A seguir listamos os principais negócios sociais realizados em 2021: Desenvolvimento e expansão do Programa A União Faz a Vida, realização de mais de 100 ações de educação financeira, Programa Pertencer, Programa Crescer, ações de Sustentabilidade e ecoeficiência, ações com os Comitês Jovem e Mulher, ações em comemoração ao Dia de Cooperar, como arrecadações de alimentos, produtos de higiene, doações de sangue, plantio de árvores, entre outras ações sociais.

De forma local, trabalhamos fortemente para que as demandas dos associados fossem atendidas, especialmente aquelas relacionadas ao enfrentamento da pandemia e à retomada econômica. Realizamos a manutenção de ações assertivas do último ano, como a higienização frequente dos terminais de atendimento, a disponibilização de álcool em gel em diversos espaços das agências, utilização obrigatória de EPIs pelo quadro de colaboradores, comunicação preventiva e informativa - por meio de adesivos e cartazes -, e campanhas de mídia para incentivar o uso de canais digitais. A cooperativa também fez doações de equipamentos e EPIs a hospitais da área de atuação, para ajudar no combate à pandemia.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguaçu - Sicredi Iguaçu PR/SC/SP
CNPJ/MF nº 84.974.278/0001-50

ATIVO		31/12/2021	31/12/2020	PASSIVO		31/12/2021	31/12/2020
ATIVO		1.805.578	1.312.889	PASSIVO		1.529.551	1.082.995
DISPONIBILIDADES	(Nota 04)	10.560	9.372	DEPÓSITOS	(Nota 12)	1.109.035	829.286
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.783.778	1.284.754	Depósitos à vista		289.217	268.080
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(Nota 05)	46.700	14.259	Depósitos interfinanceiros		25.835	11.824
Títulos e valores mobiliários	(Nota 06)	209.826	-	Depósitos a prazo		793.983	549.382
Centralização financeira	(Nota 04)	280.619	398.944	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		344.538	201.425
Relações interfinanceiras		1.914	2.390	Relações interfinanceiras	(Nota 13)	332.038	188.983
Operações de crédito	(Nota 07)	1.184.174	827.134	Obrigações por empréstimos	(Nota 14)	7.000	6.915
Outros ativos financeiros	(Nota 08)	60.545	42.027	Obrigações por repasses	(Nota 15)	768	1.282
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(Nota 07)	(46.430)	(29.242)	Outros passivos financeiros	(Nota 16)	4.732	4.245
OUTROS ATIVOS	(Nota 09)	7.475	8.172	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(Nota 17)	33	52
INVESTIMENTOS	(Nota 10)	27.632	21.777	OUTROS PASSIVOS	(Nota 18)	75.945	52.232
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 11)	17.906	13.151				
INTANGÍVEL	(Nota 11)	4.657	4.905	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 19)	276.027	229.894
				CAPITAL SOCIAL		74.010	68.570
				RESERVAS DE SOBRAS		185.511	150.848
				SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		16.506	10.476
TOTAL DO ATIVO		1.805.578	1.312.889	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.805.578	1.312.889

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguaçu - Sicredi Iguaçu PR/SC/SP
CNPJ/MF nº 84.974.278/0001-50

Descrição das contas		01/07/2021 a 31/12/2021 (Não auditado)	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020 (Reapresentado)
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		96.007	160.691	109.043
Operações de crédito	(Nota 07)	79.838	138.738	97.651
Resultado de títulos e valores mobiliários		8.023	10.586	548
Resultado das aplicações compulsórias		102	120	95
Ingressos de depósitos intercooperativos		8.044	11.247	10.749
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		(43.118)	(60.468)	(33.546)
Operações de captação no mercado	(Nota 12)	(24.053)	(32.444)	(13.489)
Operações de empréstimos e repasses		(6.681)	(11.181)	(7.290)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(Nota 07)	(12.384)	(16.843)	(12.767)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		52.889	100.223	75.497
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/Dispêndios e despesas operacionais		(18.878)	(35.221)	(31.976)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	(Nota 22)	22.837	43.511	34.202
Rendas de tarifas bancárias		4.959	9.928	9.131
Dispêndios e despesas de pessoal	(Nota 23)	(18.936)	(35.803)	(31.385)
Outros dispêndios e despesas administrativas	(Nota 24)	(20.898)	(39.445)	(30.647)
Dispêndios e despesas tributárias		(167)	(439)	(719)
Outros ingressos e receitas operacionais	(Nota 25)	5.248	9.556	9.030
Outros dispêndios e despesas operacionais	(Nota 26)	(11.921)	(22.529)	(21.588)
RESULTADO OPERACIONAL		34.011	65.002	43.521
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		34.011	65.002	43.521
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(Nota 20)	352	-	(1.343)
Provisão para Imposto de Renda		219	-	(823)
Provisão para Contribuição Social		133	-	(520)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS		(3.840)	(6.894)	(5.450)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES		30.523	58.108	36.728

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguaçu - Sicredi Iguaçu PR/SC/SP
 CNPJ/MF nº 84.974.278/0001-50

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do exercício em 01/01/2020	65.126	128.149	8.101	201.376
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	-	-	(7.968)	(7.968)
Outras destinações	-	-	(133)	(133)
Capital de associados				
Aumento de capital	4.497	-	-	4.497
Baixas de capital	(2.840)	-	-	(2.840)
Resultado do exercício	-	-	36.728	36.728
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(1.746)	(1.746)
Juros sobre o capital próprio	1.787	-	(1.807)	(20)
Reserva legal - Estatutária	-	22.699	(22.699)	-
Saldos no fim do exercício em 31/12/2020	68.570	150.848	10.476	229.894
Mutações do Exercício	3.444	22.699	2.375	28.518
Saldos no início do exercício em 01/01/2021	68.570	150.848	10.476	229.894
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	6	-	(10.354)	(10.348)
Outras destinações	-	-	(122)	(122)
Capital de associados				
Aumento de capital	6.299	-	-	6.299
Baixas de capital	(3.896)	-	-	(3.896)
Resultado do exercício	-	-	58.108	58.108
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(2.751)	(2.751)
Juros sobre o capital próprio	3.031	-	(3.087)	(56)
Reserva legal - Estatutária	-	34.663	(34.663)	-
Fundos estatutários	-	-	(1.101)	(1.101)
Saldos no fim do exercício em 31/12/2021	74.010	185.511	16.506	276.027
Mutações do Exercício	5.440	34.663	6.030	46.133
Saldos no início do exercício em 01/07/2021 (Não auditado)	69.823	150.848	27.585	248.256
Capital de associados				
Aumento de capital	2.765	-	-	2.765
Baixas de capital	(1.609)	-	-	(1.609)
Resultado do período	-	-	30.523	30.523
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(2.751)	(2.751)
Juros sobre o capital próprio	3.031	-	(3.087)	(56)
Reserva legal - Estatutária	-	34.663	(34.663)	-
Fundos estatutários	-	-	(1.101)	(1.101)
Saldos no fim do exercício em 31/12/2021	74.010	185.511	16.506	276.027
Mutações do Exercício	4.187	34.663	(11.079)	27.771

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguaçu - Sicredi Iguaçu PR/SC/SP
CNPJ/MF nº 84.974.278/0001-50

	01/07/2021 a 31/12/2021 (Não auditado)	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	48.168	77.056	37.836
Resultado do semestre/exercício	30.523	58.108	36.728
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	17.645	18.948	1.108
(Reversão) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	18.038	17.188	(1.757)
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros ativos	-	(17)	20
Depreciação e amortização	2.301	4.417	4.281
Baixas do ativo permanente	59	130	276
(Reversão) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(2)	(19)	34
Destinações ao FATES	(2.751)	(2.751)	(1.746)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(822)	39.766	555
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(20.208)	(32.441)	4.445
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	12.783	476	(303)
(Aumento) em operações de crédito	(181.911)	(357.040)	(309.991)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	60.872	143.055	75.253
(Aumento) em outros ativos financeiros	(14.568)	(18.518)	(10.371)
(Aumento) Redução em outros ativos	1.850	714	(1.607)
Aumento em depósitos	119.898	279.749	231.279
Aumento (Redução) em passivos financeiros	(347)	487	(176)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(195)	(429)	1.318
Absorção de dispêndios pelo FATES	(600)	(1.452)	(593)
Aumento em outros passivos	21.604	25.165	11.301
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	47.346	116.822	38.391
Aquisição de investimentos	(5.855)	(5.855)	-
Aquisição de imobilizado de uso	(5.769)	(7.665)	(3.610)
Aplicações no intangível	(707)	(1.389)	(1.056)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(12.331)	(14.909)	(4.666)
Integralização de capital	2.765	6.299	4.497
Baixa de capital	(1.609)	(3.896)	(2.840)
Fundos estatutários	(1.101)	(1.101)	-
Juros ao capital próprio	(56)	(56)	(20)
Distribuição de Sobras	-	(10.470)	(8.101)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(1)	(9.224)	(6.464)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	35.014	92.689	27.261
Caixa e equivalente de caixa no início do período	465.991	408.316	381.055
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	501.005	501.005	408.316

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguaçu - Sicredi Iguaçu PR/SC/SP
CNPJ/MF nº 84.974.278/0001-50

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Resultado líquido do exercício	30.523	58.108	36.728
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	30.523	58.108	36.728

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguacu - Sicredi Iguacu PR/SC/SP ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). A Cooperativa é uma instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 01/04/1992 e sede situada na Av. XV de Novembro, 374 - Predio 02 Pisos, na cidade de São João - Paraná. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas da Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2021, está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com 2.127 postos, dos quais a Cooperativa opera em 28 postos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCOP), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCOP tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e pelo Banco Central do Brasil - BACEN, incluindo a Resolução CMN nº 4.819/20 e Resolução BCB nº 2/20 que regulamentam o procedimento para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram observadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BACEN (CPC 01, 02, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25, 27, 33 e 46) e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações pela Lei Complementar nº 130/05.

Representação das cifras comparativas:

A administração está reapresentando os saldos das demonstrações financeiras de 2020, apresentadas para fins de comparação, decorrentes de ajustes de retificação de erro de acordo com o disposto no CPC 23, conforme abaixo:

- (a) Ingressos de depósitos intercooperativos nas demonstrações de sobras e perdas

Em 2021, foi efetuada a reclassificação dos ingressos de depósitos intercooperativos, para fins de comparação, registrados em 31 de dezembro de 2020 como outros ingressos e receitas operacionais. A cooperativa entende que os valores aplicados nas Centrais via Centralização Financeira não se caracterizam como outros ingressos e receitas operacionais, conforme entendimento anteriormente adotado, devendo ser considerados como ingressos e receitas da intermediação financeira. Nessa operação os valores captados em centralização serão aplicados pelo Banco no mercado, gerando receita da intermediação financeira, e remunerado às centrais via centralização. Por se tratar de operações de tesouraria aplicado, a natureza dessa receita se caracteriza como (b) resultado não operacional

Entre as alterações normativas decorrentes da Resolução BCB nº2/20 ocorreu a mudança na forma de apresentação das demonstrações de sobras ou perdas. A cooperativa entende que o saldo relativo as sobras ou perdas do resultado não operacional não é mais parte integrante deste demonstrativo, conforme entendimento anteriormente adotado. Dessa forma, a cooperativa reclassificou os saldos por natureza nos grupos de contas de outros ingressos e receitas operacionais e outros despendos e despesas operacionais, para fins de favorecer a comparabilidade das demonstrações financeiras.

Os valores reclassificados estão demonstrados no quadro abaixo:

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS E PERDAS	Anteriormente Apreciado 31/12/2020	Reclassificação Ajuste	Respresentado 31/12/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	98.294	10.749	109.043
Ingressos Depósitos intercooperativos			10.749
			10.749
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPENSOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(22.437)	(9.539)	(31.976)
Outros ingressos e receitas operacionais (nota 25)	18.249	(9.219)	9.030
Outros despendos e despesas operacionais (nota 26)	(21.268)	(320)	(21.588)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	1.210	(1.210)	-

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 10 de fevereiro de 2022.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os despendos, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os despendos e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto a ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

Sobre o resultado de eventuais operações realizadas com não cooperados (ato não cooperativo) são apurados e recolhidos os impostos devidos. Os resultados destas operações são levados à conta do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, conforme previsto na Lei nº 5.764/71.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Cooperativa apresentou um resultado líquido de R\$ 1.662 (2020 - R\$ 4.008) referente a Atos Não Cooperativos.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados pelas disponibilidades, pelos valores aplicados pelas Cooperativas nas Centrais via Centralização Financeira e pelas cotas de fundos de renda fixa e multimercado, cujo vencimento das operações na data de efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidos dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, renda variável e fundos de investimentos, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – centralização financeira

A centralização financeira compreende as sobras de caixa da cooperativa não investida em suas atividades, as quais são centralizadas através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central. Estes montantes são aplicados no mercado financeiro e/ou empréstados para as cooperativas filiadas para o financiamento das suas atividades e possuem liquidez imediata e remuneração mensal.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atuação das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Ativos não financeiros mantidos para venda

Os ativos não financeiros mantidos para venda, determinados pela Resolução CMN nº 4.747/19, são segregados em próprios e recebidos de terceiros. Esses bens não depreciam e são mensurados pelo valor justo de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 46, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.748/19.

• Próprios: representam os bens de propriedade da cooperativa os quais não são utilizados no desempenho da atividade social, estando disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável no período máximo de um ano.

• Recebidos de terceiros: representam os bens recebidos como doação em pagamento de dívidas, não destinados ao uso próprio.

i) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata die incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

j) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, refer-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

k) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação do imobilizado de uso, a qual é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-económica dos bens.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/16.

l) Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, não monetários identificáveis sem substância física, destinados à manutenção do sistema ou exercidos, com essa finalidade e na geração de benefícios econômicos futuros, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios, respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-económica dos bens, de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 4.534/16 e CPC 04 - Ativo Intangível, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível". As amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, na razão de 10% ao ano, pelo método linear.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

n) Depósitos, obrigações por empréstimos e repasses

Estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base pro-rata-die, segregados da seguinte forma:

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de regate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os depósitos interfinanceiros são compostos por recursos recebidos em depósito de outras instituições do mercado, na forma da regulamentação vigente e específica para as operações de depósitos interfinanceiros, observado que a instituição deve manter controles internos para efeito de limite de captação.

As obrigações por empréstimos e repasses correspondem aos recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi, Cooperativa Central e demais instituições com a finalidade de operações de financiamento.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata-die dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas apropriar.

o) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos. A provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ e de 15%, acrescida de adicional de 10% e a CSLL no qual a alíquota passou de 15% para 20% a partir de julho de 2021 e irá retornar para 15% a partir de janeiro de 2022, aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos na legislação, como as sobre apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

p) Provisão para riscos civis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

• Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

• Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;

• As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Principais julgamentos e estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para contingências, entre outros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN. O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na NOTA 07;

II - Provisão para riscos civis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributários e trabalhistas através de avaliações judiciais. A avaliação dos prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente.

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e líquidos, o comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas. O desalinhamento dos impactos é apresentado na NOTA 32.

r) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o real (R\$), e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

s) Resultados recurrentes e não recurrentes

Resultados recurrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa que ocorrem com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recurrentes são aqueles que procedem de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	10.560	9.372
Cotas de fundos de renda fixa e multimercado - centralização financeira (Nota 06)	209.826	-
Centralização financeira	280.619	398.944
Total	501.005	408.316

As disponibilidades e as aplicações financeiras de liquidez são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações do CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa.

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de regate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2021 equivale a 99% do CDI (dezembro de 2020 - 97%).

NOTA 05 - APlicações Interfinanceiras de Liquidez

	31/12/2021				31/12/2020
	A vencer				
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Di entre Banco e Cooperativa	-	5.135	41.565	46.700	14.259
Total	-	5.135	41.565	46.700	14.259
Total circulante				5.135	2.966
Total não circulante				41.565	11.293

As aplicações de Di entre o Banco Sicredi e a Cooperativa são realizadas para cobrir as antecipações de recebíveis na adquirência e as operações de consignado INSS, ambas efetuadas pelos associados, com taxa de remuneração de 105% e 100% do CDI, respectivamente.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Mantidos até o vencimento	31/12/2021				31/12/2020	
	A vencer					
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total		
Cotas de fundos multimercado - centralização financeira	209.826	-	-	209.826	-	
Total	209.826	-	-	209.826	-	
Total circulante				209.826	-	

A Circular nº 3.068/01 do BACEN, que trata sobre a classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para o registro e avaliação contábil da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

As cotas de fundos são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da CVM e ANBIMA.

O valor do mercado dos títulos públicos federais, integrantes da carteira de fundos de investimentos, foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capital - ANBIMA.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação e prazos:

Operações de crédito e Outros créditos	31/12/2021				31/12/2020	
	A vencer					
	Vencidas a partir de 15 dias	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Empréstimos e títulos descontados	6.235	117.616	231.729	391.670	747.250	
Financiamentos	185	22.887	39.303	98.660	161.035	
Financiamentos rurais e agroindustriais	112	40.830	143.287	91.660	275.889	
Total das operações de crédito	6.532	181.333	414.319	581.990	1.184.174	
Avais e fianças honorários (Nota 8)	451	13	-	-	464	
Devedores por compra de valores e bens (Nota 8)	3	13	614	1.423	2.413	
Ittulos e créditos a receber (Nota 8)	-	38.814	13.356	58	52.228	
Total de outros créditos	454	38.960	13.970	1.481	54.865	
Carteira total	6.986	220.293	428.289	583.471	1.239.039	
Total circulante				655.568	428.180	
Total não circulante				583.471	437.145	

Os títulos e créditos a receber referem-se aos valores a receber de associados relativos a transações de cartões efetuadas na modalidade crédito sem juros.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Operações de crédito e Outros créditos		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2021		31/12/2020	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
AA	-	34.017	33.104	-	-
A	0,50	468.799	328.441	2.342	1.639
B	1,00	548.219	339.385	5.479	3.389
C	3,00	117.378	110.360	3.520	3.308
D	10,00	26.006	26.957	2.599	2.696
E	30,00	11.696	9.688	3.509	2.906
F	50,00	3.320	2.672	1.660	1.336
G	70,00	7.611	2.499	5.328	1.749
H	100,00	21.993	12.219	21.993	12.219
Total		1.239.039	865.325	46.430	29.242

Conforme disposto no Art. 5º da Resolução BACEN nº 4.800/20 a provisão face à perda para as operações enquadrados no Programa Emergencial de Suporte à Empregos (PESE) deve incluir apenas sobre o montante equivalente ao Capital Próprio destinado para esse fim, esses valores estão sendo apresentados juntamente com o montante provisionado das operações de crédito e outros créditos.

A Cooperativa também possui Coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 267.555 (dezembro de 2020 - R\$ 233.916) onde estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 28). As provisões decorrentes desses contratos compreendem o montante de R\$ 3.291 (dezembro de 2020 - R\$ 3.058) conforme Nota 16.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2021				31/12/2020	
		A vencer					
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total da Carteira		
Pessoas físicas	4.618	70.217	107.872	214.406	397.113	272.788	
Rural	112	40.830	143.287	91.660	275.889	159.897	
Industrial	85	13.406	15.662	21.767	50.920	49.663	
Comércio	959	52.574	86.594	115.627	255.754	189.727	
Pessoas jurídicas	1.212	43.266	74.874	140.011	259.363	193.250	
Total	6.986	220.293	428.289	583.471	1.239.039	865.325	
Total circulante				655.568	428.180		
Total não circulante				583.471	437.145		

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2021	%	31/12/2020	%
10 maiores devedores	95.089	7,67	92.379	10,68
50 devedores seguentes	179.609	14,50	130.703	15,10
100 devedores seguintes	157.456	12,71	111.342	12,87
Demais	806.885	65,12	530.901	61,35
Total	1.239.039	100,00	865.325	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2021		31/12/2020	
Saldo inicial			29.242	30.999
Constituição de provisão			44.226	30.441
Reversão de provisão			(27.383)	(17.674)
Movimentação de baixados para prejuízo			345	(14.524)
Saldo final			46.430	29.242

f) Resultado com operações de crédito:

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e títulos descontados	58.811	100.518	71.672
Financiamentos	9.201	16.050	9.265
Financiamentos rurais e agroindustriais	6.832	11.653	7.586
Outros	38	75	66
Subtotal	74.882	128.296	88.589
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	4.956	10.442	9.062
Total	79.838	138.738	97.651

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 30.078 (2020 - R\$ 38.878).

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

	31/12/2021	31/12/2020
Titulos e créditos a receber (Nota 07)	52.228	36.437
Receitas de juros	2.675	2.482
Devedores por compra de valores e bens (Nota 07)	2.112	1.489
Avalis e fianças honorários (Nota 07)	464	256
Transações com cartão de crédito	2.683	858
Devedores por depósitos em garantia (Nota 17)	302	272
Total	60.545	42.027
Total circulante	58.762	41.137
Total não circulante	1.783	890

Os títulos e créditos a receber referem-se a valores a receber das transações de crédito.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

	31/12/2021	31/12/2020
Outros valores e bens	2.351	4.006
Adiantamentos e antecipações salariais	1.250	894
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	28	24
Adiantamentos para Confederação Sicredi	841	897
Impostos e contribuições a compensar	595	73
Cotas de consórcio	846	671
Pendências a regularizar	950	726
Valores em análise pela SFG	11	2
Outros	603	879
Total circulante	7.475	8.172
Outros valores e bens	1	-
Total não circulante	1	-
Total	7.474	8.172

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

	31/12/2021	31/12/2020
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	2.315	4.012
Imóveis	2.183	3.932
Veículos e afins	60	80
Máquinas e equipamentos	72	-
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	(19)	(36)
Despesas antecipadas	55	30
Total circulante	2.351	4.006
Despesas antecipadas	1	-
Total não circulante	1	-

b) Movimentação da provisão para desvalorização de outros valores e bens:

Conforme determinações previstas no CPC 01, a provisão é constituída de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, abaixo segue a movimentação dos valores:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	(36)	(16)
Constituição de provisão	(3)	(25)
Reversão de provisão	20	5
Saldo final	(19)	(36)

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

	Registrados ao custo da aquisição	31/12/2021	31/12/2020
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	16.027	14.505	
Sicredi Participações S.A.	11.604	7.271	
Outras participações e investimentos	1	1	
Sicredi Fundos Garantidores	1	1	
Total	27.632	21.777	

Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Número de ações/quotas possuídas	3.770.799 ON	2.365.506 ON	1	1	16.027.214	14.504.813
7.833.184 PN	4.905.404 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,55%	0,62%	0,62%	0,62%	4,41%	4,55%
Capital social	2.109.211	1.378.211	161	161	365.323	318.901
Patrimônio líquido	2.111.744	1.222.087	368.071	334.310	364.897	320.371
Resultado líquido do exercício	(15.246)	38.149	33.761	21.343	-	-
Valor do investimento	11.604	7.271	1	1	16.027	14.505

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2021		31/12/2020	
		Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	-	30.876	(12.970)	17.906	13.151
Imobilizações em curso	-	1.319	-	1.319	73
Terrenos	-	2.457	-	2.457	931
Edificações	4%	4.599	(2.849)	1.750	2.156
Instalações	10%	709	(46)	663	133
Benefícios em imóveis de terceiros	10%	1.694	(404)	1.290	605
Móveis e equipamentos	10%	9.259	(3.531)	5.728	5.215
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	1.906	(386)	1.520	1.014
Equipamentos de processamento de dados	20%	8.212	(5.182)	3.030	2.791
Veículos	20%	721	(572)	149	233
Intangível		14.879	(10.222)	4.657	4.905
Investimentos Confederação	10%	14.879	(10.222)	4.657	4.905

Os investimentos Confederação são valores transferidos dos "Adiantamentos para Confederação Sicredi" para o intangível e referem-se aos desenvolvimentos de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS**a) Composição dos depósitos por prazos de vencimento**

Depósitos	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	31/12/2021		31/12/2020	
				Total	Total	Total	Total
Depósitos à vista	289.218	-	-	289.218	-	268.080	-
Depósitos interfinanceiros	-	1.190	24.645	25.835	-	11.824	-
Depósitos a prazo	7.073	84.376	702.535	793.983	-	549.382	-
Total	296.291	85.566	727.180	1.109.036	829.286	727.180	524.488
Total circulante				381.857	304.798		
Total não circulante				727.180	524.488		

b) Despesas com operações de captações no mercado

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos interfinanceiros	179	621	318
Depósitos de aviso prévio	59	84	59
Depósitos a prazo	22.720	30.261	12.049
Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	795	1.478	1.063
Total	24.053	32.444	13.489

NOTA 13 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	31/12/2021	31/12/2020
Repasses interfinanceiros	332.038	188.983
Total	332.038	188.983

a) Repasses Interfinanceiros

	31/12/2021			31/12/2020		
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	57.231	148.186	92.079	297.496	170.905	170.905

Total - Recursos do Crédito Rural	57.231	148.186	92.079	297.496	170.905
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	226	91	34.225	34.542	18.078
Total - Outros Recursos	226	91	34.225	34.542	18.078
Total	57.457	148.277	126.304	332.038	188.983
Total circulante				205.734	126.515
Total não circulante				126.304	62.468

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 7,5% a.a. com vencimentos até 15/09/2031, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de outros recursos operam com uma taxa de 124,6% do CDI com vencimentos até 15/11/2028 e com CDI + 2,24% a.a. com vencimentos até 15/03/2028. Os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., sendo que para os recursos advindos do compulsório da poupança a taxa praticada é 84,5% do CDI e vencimento em 01/06/2023.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Empréstimos no País	31/12/2021			31/12/2020	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	1.151	5.849	7.000	6.915
Total	-	1.151	5.849	7.000	6.915

Total circulante	1.151	40
Total não circulante	5.849	6.875

As obrigações por empréstimos com recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., operam com uma taxa de CDI + 0,85% com vencimento em 15/10/2026.

NOTA 15 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Os repasses são apresentados a seguir:

Repasses no País	31/12/2021			31/12/2020	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
BNDES	132	390	246	768	1.282
Total	132	390	246	768	1.282

Total circulante	522	525
Total não circulante	246	757

As obrigações por repasses operam com uma taxa até 3,75% a.a. com vencimento até 01/07/2023.

Os recursos internos para repasses no País também representam captações junto ao Tesouro Nacional repassados pelo BNDES. As operações contratadas, observadas as características do PESE, possuem vencimentos mensais até o ano de 2023. Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse. Os repasses do BNDES são provenientes do Banco Sicredi.

NOTA 16 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2021			31/12/2020	
	Provisão para garantias financeiras prestadas	Recursos em trânsito de terceiros	Total	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para garantias financeiras prestadas			8.291	3.058	
Recursos em trânsito de terceiros			1.441	1.187	
Total circulante			4.732		4.245

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Trata-se de recursos referentes a convênios com concessionários de serviços, conforme contrato de prestação de serviços.

NOTA 17 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVILS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa é parte em processos judiciais dos quais seus assessores jurídicos classificam como risco de perda provável, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos:

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2021			31/12/2020	
		Provável		Total	31/12/2021	31/12/2020
Cível				33	52	
Total não circulante				33		52

Natureza	31/12/2020	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	31/12/2021	
				31/12/2020	31/12/2021
Cível	52	14	(33)	33	33
Total não circulante	52	14	(33)		33

Em 31 de dezembro de 2021, a Cooperativa possuiu também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível, no montante estimado de R\$ 285, R\$ 568 e R\$ 382 (dezembro de 2020 - R\$ 100, R\$ 326 e R\$ 359), respectivamente.

A Cooperativa possui depósitos judiciais no montante de R\$ 302 (dezembro de 2020 - R\$ 272), registrados na rubrica de "Outros Ativos Financeiros", os quais estão relacionados a estes processos judiciais.

NOTA 18 – OUTROS PASSIVOS

	31/12/2021			31/12/2020	
	Transações com cartões de crédito	Provisão para pagamentos a efetuar	Cotas de capital a pagar	31/12/2021	31/12/2020
Transações com cartões de crédito			51.740	35.193	
Provisão para pagamentos a efetuar			3.983	2.847	
Cotas de capital a pagar			2.984	1.702	
Provisão para participações nos lucros			7.252	5.776	
Fundo de assistência técnica, educacional e social			4.186	2.836	
Fundo Social			1.100	-	
Impostos e contribuições a recolher			1.163	1.492	
Credores diversos			3.236	2.213	
Cobrança e arrecadação de tributos			269	-	
Pendências a regularizar			32	173	
Total circulante			75.945		52.232

As transações com cartões referem-se a agenda financeira de cartão e parcelado lojista.

Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados referem-se aos valores de arrecadações de IOF, GPS, DARF e DAS.

NOTA 19 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2021	31/12/2020
Capital social	74.010	68.570
Total de associados	64.088	59.447

Em 31 de dezembro de 2021, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 5.440 (dezembro de 2020 – R\$ 3.444), sendo R\$ 3.037 (dezembro de 2020 – R\$ 1.787) via integralização de resultados e R\$ 6.299 (dezembro de 2020 – R\$ 4.497), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 3.896 (dezembro de 2020 – R\$ 2.840).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 4,43% em Conta Capital, no montante de R\$ 3.031, calculados em conformidade com a Lei Complementar nº 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 63% foram para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;

- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à pre-

cooperativa;

NOTA 30 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo.

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes de tributação sobre o lucro e participações	65.002	43.521
Participação nos sobreiros	(6.894)	(5.450)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	58.108	38.071
 Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	 (26.149)	 (15.228)
 Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	25.400	13.088
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	1.389	723
Demais adições e exclusões previstas na legislação	(50)	74
 Imposto de renda e contribuição social do exercício	 -	 (1.343)

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

O efeito da alteração da alíquota de CSU, do diferencial da alíquota para as Cooperativas, no qual a alíquota de Contribuição Social passou de 15% para 20% a partir de julho de 2021, e irá repercutir

O efeito da alteração de alíquota de CSLL do diferencial de alíquota para as Cooperativas, no qual a alíquota de Contribuição Social passou de 15% para 20% a partir de junho de 2021 e irá retornar para 15% a partir de 1º de janeiro de 2022.

NOTA 21 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) **Instituições relacionadas**

A) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, tais como o Banco Cooperativo Sicredi, Central, Administradora de Bens, Corretora de Seguros, SicrediPar, Fundação Sicredi, Administradora de Cartões (em dezembro de 2020), Confederação Sicredi, Sicredi Fundos Garantidores, Administradora de Consórcios e Fundos de investimento administrados pelo Banco. Abaixo apresentamos as principais operações realizadas com partes relacionadas, sumarizadas por grupo contábil:

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	46.700	14.259
Titulos e valores mobiliários (Nota 06)	209.826	-
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	280.619	398.944
Outros ativos financeiros - Rendas a receber (Nota 08)	2.047	2.033
Outros ativos (Nota 09)	841	897
Investimentos (Nota 10)	27.632	21.777
Intangível (Nota 11)	4.657	4.905
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 12)	25.835	11.824
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	332.038	188.983
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	7.000	6.915
Outros passivos (Nota 16)	50.374	33.874
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	10.586	548
Ingressos e receitas de prestação de serviços (Nota 22)	13.294	10.467
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 25)	521	508
Despesas		
Operações de captação no mercado (Nota 12)	621	318
Operações de empréstimos e repasses	11.143	7.261
Outros despendidos e despesas administrativas (Nota 24)	2.731	2.083
Outros despendidos e despesas operacionais (Nota 26)	11.101	10.389

b) Transações com administradores

b) Transações com administradores
As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (á vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito é captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores

Natureza da operação	31/12/2021	% em relação ao total	31/12/2020
Depósitos à vista	161	0,06%	225
Depósitos a prazo	5.738	0,72%	4.165
Operações de crédito	3.494	0,30%	2.842

c) Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoas-chave de administração são as quem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Os honorários do pessoal-chave da Administração do SICREDI seguem a Política de Remuneração definida pelo Sistema, e sua aprovação é deliberada nos fóruns específicos de cada Entidade. Abaixo apresentamos a remuneração total do pessoal-chave da administração:

Remuneração	31/12/2021	31/12/2020
Pessoas chave da administração	3.915	3.475

NOTA 22 – INGRESSOS E RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Cartões	6.097	10.800	6.628
Cobrança	2.080	3.947	3.313
Comissões	-	4	39
Conselícios	1.823	3.421	3.060
Convenios	881	1.835	1.662
Distribuição de produtos e serviços bancários	6.373	12.936	10.168
Processamento da compensação	26	64	88
Seguros	4.092	7.910	6.665
Taxas e tarifas	991	1.662	1.915
Antecipação de recebíveis	309	631	470
Outros serviços	165	301	194
Total	22.837	43.511	34.202

NOTA 23 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração	10.424	20.030	17.574
Benefícios	4.531	8.631	7.455
Encargos sociais	3.930	7.072	6.288
Treinamentos	51	70	68
Total	18.936	35.803	31.385

NOTA 24 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Água, energia e gás	554	1.090	920
Aluguel	1.904	3.586	3.167
Comunicação	164	1.189	1.183
Manutenção e conservação	1.161	2.382	1.693
Material de expediente	906	1.342	1.072
Processamento dados	743	1.263	1.084
Propaganda e publicidade	553	976	710
Promações e relações públicas	3.113	5.872	3.464
Serviços do sistema financeiro	1.507	3.229	2.474
Assessoria e consultoria	152	191	130
Serviços jurídicos	731	1.114	819
Serviços de terceiros	642	1.163	1.026
Serviços de técnicos especializados	2.439	4.366	2.302
Serviços de vigilância e segurança	1.138	2.180	1.956
Serviços de transportes	582	1.126	1.138
Depreciação	1.443	2.780	2.546
Amortização (Rateio Confederação)	858	1.637	1.735
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	600	1.462	593
Emolumentos e taxas diversas	365	692	376
Resarcimento tarifas	122	223	618
Outras despesas administrativas	763	1.582	1.641
Total	20.898	39.445	30.647

NOTA 25 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Absorção de dispêndios - FATES	600	1.452	593
Lucros na alienação de valores e bens	679	857	536
Recursos recebidos Sicredi Fundos Garantidores	-	-	816
Recuperação de encargos e despesas	1.133	1.804	2.390
Reversão de provisões operacionais	52	251	658
Reversão de provisões impostos folha	835	1.106	1.036
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	708	1.794	1.711
Reversão de provisões para passivos contingentes	8	33	29
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	857	1.633	685
Outras rendas operacionais	376	626	576
Total	5.248	9.556	9.030

NOTA 26 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Descontos concedidos em renegociação e crédito	954	2.077	3.213
Contribuições Cooperativistas	148	221	215
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	105	363	631
Contribuição Confederação Sicredi	4.291	8.161	8.166
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	521	956	998
Repasso Administradores de Cartões	-	-	129
Prejuízo na alienação de valores e bens	2	88	84
Provisões para garantias financeiras prestadas	1.336	2.026	1.889
Provisões para passivos contingentes	6	14	64
Outras provisões operacionais	643	1.221	1.057
Operação com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	2.064	3.811	2.495
Risco operacional	557	1.213	1.401
Juros e comissões	16	104	-
Outras despesas operacionais	1.278	2.274	1.246
Total	11.921	22.529	21.588

NOTA 27 – RESULTADO NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes das destinações	30.522	58.107	36.728
Eventos não recorrentes	-	-	817
Resultado recorrente	30.522	58.107	35.911

NOTA 28 – COOBIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2021	31/12/2020
Beneficiários de garantias prestadas	267.555	233.916
Total	267.555	233.916

Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 29 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela Instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, o de continuidade de negócios, de Mercado, de Variações de Taxas de Juros, de Liquidez, de Crédito, Socioambiental, Risco de Conformidade e Risco de Segurança da Informação, cujos principais aspectos são apresentados a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos segundo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas autoridades competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela Instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que refletem o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistematicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
- Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na Instituição;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócios, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementado para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Continuidade de Negócios

Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é a capacidade da organização de continuar a entrega de produtos e/ou serviços em nível aceitável previamente definido, após incidentes de interrupção.

O Sicredi possui uma estrutura para responder de forma adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades centralizadoras do Sistema, no caso de ocorrência de eventos que provocarem a interrupção dos seus serviços, preservando, assim, os interesses de todas as partes envolvidas.

Através de uma Análise de Impacto de Negócios (BIA) são identificados os principais processos de negócios da instituição bem como os serviços de TI que suportam esses processos e, assim, são definidas as estratégias de continuidade dos negócios adotadas.

Estão previstos na Política de Gestão Integrada de Riscos e na Norma de Continuidade de Negócios do Sicredi, os princípios básicos e a estrutura necessária para garantir a resposta adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades.

O sistema de Gestão de Continuidade de negócios estruturado no Sicredi contempla:

- Norma de Gestão de Continuidade de negócios;
- Análise de impacto de negócio - BIAs;
- Estratégias de recuperação de desastre de negócio e de TI;
- Planos de continuidade operacional e de TI.

Por fim, o Sicredi disponibiliza para todas as suas agências um modelo de manual de continuidade de atividades das agências, que possibilita a elaboração de um documento customizado, a fim de atender os principais cenários de interrupção das atividades".

IV - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos segundo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantem o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite de risco de mercado da instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

V - Risco De Variação Das Taxas De Juros Em Instrumentos Classificados Na Carteira Bancária (IRRBB)

O IRRBB é o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros nos resultados ou no valor econômico da instituição, resultante dos instrumentos classificados na carteira bancária.

O gerenciamento de risco de IRRBB das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de IRRBB.

Para a mensuração e controle desse risco no Sicredi, utiliza-se as abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII). O Sistema Sicredi define as regras para o cálculo do risco de variação da taxa de juros das operações em linha com as práticas de mercado e com as exigências da regulamentação vigente.

Os processos para o gerenciamento do risco de IRRBB do Sistema Sicredi incluem:

- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de IRRBB em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite de risco de IRRBB da instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de IRRBB a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de IRRBB das instituições do Sistema.

VI - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos segundo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

VII - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

VIII - Risco Socioambiental

O risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas das instituições financeiras decorrentes de danos sociais, ambientais e climáticos. Além disso, está envolvido indiretamente com uma série de outros riscos, podendo gerar tanto impactos financeiros, como legais e de reputação. No Sicredi, o gerenciamento é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas para o gerenciamento do risco socioambiental são estabelecidos segundo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco socioambiental do sistema Sicredi incluem:

- Normatização interna contendo regras, metodologias e responsabilidades quanto ao gerenciamento do tema;
- Monitoramento de delimitações e vedações de exposições sujeitas ao risco socioambiental, aderentes ao apetite a risco do sistema;
- Coleta e utilização de dados para mensuração, classificação e avaliação dos riscos sociais, ambientais e climáticos nas operações;
- Realização periódica de testes de estresse para cenário de risco socioambiental;
- Interlocução e reporte para órgãos ambientais, federações, parceiros de negócio e fóruns de governança;
- Evolução constante da estratégia no tema, visando o alinhamento com as técnicas e tecnologias de mercado, bem como as expectativas das partes interessadas.

IX - Risco de Conformidade

O risco de conformidade é definido como a possibilidade de ocorrência de sanções, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de normativas externas (leis e regulamentações), das recomendações dos órgãos reguladores, dos códigos de autorregulação aplicáveis assim como dos normativos oficiais internos.

A gestão do risco de conformidade, no âmbito do Sicredi está sob responsabilidade da Superintendência de Compliance, estrutura integrante do Banco Cooperativo Sicredi S.A, que, para o processo de conformidade e o gerenciamento do risco de conformidade.

A função de conformidade é desempenhada no desenvolvimento e execução do Programa de Compliance, estruturado nos pilares de: (I) Prevenção, (II) Detecção e (III) Correção.

Os processos para gerenciamento do risco de conformidade incluem:

- Identificação dos riscos de conformidade da instituição;
- Comunicação, capacitação e treinamento de todos os níveis da Entidade para gerenciar adequadamente os riscos de conformidade e cumprir as exigências legais e (auto)regulatórias;
- Acompanhamento e monitoramento de processos relevantes, das ações adotadas para mitigar os riscos de conformidade e corrigir deficiências, no intuito de promover a conformidade;
- Relatório das adequações relevantes e novas medidas para mitigação de riscos, bem como não conformidades identificadas;
- Identificação de ações e/ou processos associados aos principais riscos, que precisam ser revisados, atualizados ou implementados, buscando a efetividade do Programa de Compliance como um todo;
- Tratamento para os não cumprimentos identificados bem como desenvolvimento de ações para conscientização, buscando evitar a reincidência.

X - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

XI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Relatórios > Gestão de Riscos > Publicações Sistêmicas > Gerenciamento de Riscos Pilar 3 - Sistêmico.

Já a Política de Gerenciamento de Risco Socioambiental e o Relatório de Sustentabilidade, documentos com o detalhamento e números dos processos no tema, também podem ser acessados por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Sustentabilidade > Políticas e Relatórios.

NOTA 30 – ÍNDICES DE BASÍLIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de Referência (PR)		
Nível I (NI)	271.371	224.989
Capital principal - CP		
Capital social	271.371	224.989
Reservas de capital	74.010	68.570
Lucros acumulados	185.511	150.848
Lucros acumulados	16.506	10.476
Alistes Prudenciais	(4.656)	(4.905)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.431.499	1.072.371
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	8.792	5.238
Margem de Capital	119.429	120.557
Índice de Basílica (PR / RWA)	18,96%	20,98%
Situação de Imobilização (Imob)	17.907	13.152
Índice de Imobilização (Imob / PR)	6,60%	5,85%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 31 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2021, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

NOTA 32 – OUTRAS INFORMAÇÕES

Seguimos atentos às normas sanitárias e recomendações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes para o enfrentamento à pandemia do novo Coronavírus (COVID-19) no país ao longo do período. Enquanto instituição financeira cooperativa, nosso modelo de negócio possibilita o acompanhamento de perto da realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, oportunizando a ampliação da oferta de soluções financeiras adequadas às necessidades de cada um no enfrentamento da crise e na manutenção dos negócios.

Para dar suporte aos empreendedores, ofertamos aos nossos associados a Linha Renegociação Emergencial viabilizada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES que possibilitou a renegociação das parcelas sem alterar o vencimento original da operação e excepcionalmente em casos de operações com taxa pós-fixada (TLP) a possibilidade de ampliação do prazo final.

Nossos meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativos) seguem apoiando muitas das demandas, são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações reduzindo a necessidade de ida às agências. Também seguimos incrementando as possibilidades de atendimento via WhatsApp, agilizando muitas das solicitações. Além disso, colocamos em prática a nossa missão de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade também por meio de iniciativas como o Eu Coopero com a Economia Local, impulsionando a força do cooperativismo como motor para a continuidade da atividade econômica no país.

Eleuterio Benin
Diretor Executivo
CPF: 337.724.369-00

Fábio Dalponte
Diretor de Operações
035.901.269-81

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-0606899/O-8
CPF: 694.157.650-20